

CARTA À EQUIPE DE TRANSIÇÃO RESPONSÁVEL PELA PASTA DA SAÚDE

São Paulo, 23 de novembro de 2022

À Excelentíssima equipe de transição responsável pela saúde

Excelentíssimo Deputado Alexandre Padilha

Excelentíssimo Sr. Arthur Chioro

Excelentíssimo Sr. Daniel Soranz

Excelentíssimo Sr. Fernando Zasso Pigatto

Excelentíssimo Senador Humberto Costa

Excelentíssimo Sr. José Gomes Temporão

Excelentíssima Sra. Lúcia Souto

Excelentíssima Sra. Ludhmila Abrahão Hajjar

Excelentíssima Sra. Maria do Socorro de Souza

Excelentíssimo Sr. Miguel Srougi,

Excelentíssima Sra. Nísia Trindade Lima

Excelentíssima Sra. Regina Fatima Feio Barroso

Excelentíssimo Sr. Roberto Kalil Filho

Nós, organizações e movimentos da sociedade civil de luta contra o HIV/AIDS, reunidos em São Paulo entre os dias 21 a 24 de novembro de 2022 no 5º Encontro Nacional de Organizações apoiadas pelo Fundo Positivo, viemos através desta, reafirmar a necessidade de compromisso governamental na próxima gestão na área das políticas de HIV/AIDS no Brasil.

Após os quatro últimos anos a política brasileira de enfrentamento ao HIV/AIDS, referência mundial no início da epidemia, tem sido ameaçada, considerando em suas principais estratégias uma lógica biomédica, desconsiderando fatores estruturais como a desigualdade de gênero, de raça e de classe como pilares para a resposta da epidemia no país.

Dentre os retrocessos vivenciados citamos:

A extinção do Departamento de Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais e seu consequente rebaixamento institucional.

A Inexistência de Campanhas eficazes de prevenção do HIV e na redução do estigma e discriminação, levando em consideração o resultado do Estudo do Índice de Estigma e Discriminação no qual tem em seu resultado cerca de 64% das pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA) sofrem estigma e discriminação no Brasil. Para piorar a situação, no atual governo aconteceram campanhas contrárias, no qual estabeleciam o diálogo sobre prevenção pelo medo e culpabilização das pessoas com objetivo de incentivar jovens a fazerem o teste de HIV.

A aniquilação de corpos contra hegemônicos, como de mulheres lésbicas, gays, bissexuais, mulheres transexuais, travestis, homens trans e intersexo.

A propagação de informações arbitrárias no qual reduzem as pessoas vivendo com HIV/AIDS em uma perspectiva de “ DESPESAS”, onerosas para os cofres públicos, tratando estas pessoas como um estorvo a ser eliminado da sociedade, evidenciando o fundamentalismo religioso e o conservadorismo.

A política de morte no período da pandemia da COVID-19, posicionamentos negacionistas anti-ciência e ainda propagando informações irresponsáveis sobre a vacina da COVID-19 causar a AIDS, perpetuaram ainda mais o estigma para as pessoas vivendo com HIV/AIDS.

O corte de mais de 407 milhões de Reais para o HIV/AIDS que impactam em diversas ações e em especial no orçamento de compra de antirretrovirais, ameaçando a vida de cerca de 700 mil pessoas que realizam o tratamento de HIV pelo SUS. Estes cortes também reduzem significativamente investimentos em campanhas de prevenção desenvolvidas pelo Ministério da Saúde. Vale ressaltar, que no ano de 2021, o Governo Federal destinou apenas R\$ 100.098,00 em campanhas de prevenção, o equivalente a 0,6% dos cerca de R\$16,5 milhões anualmente investidos até 2018.

A ausência de políticas de prevenção vislumbrando as especificidades de populações vulnerabilizadas, como mulheres e meninas, profissionais do sexo, usuários de álcool e outras drogas, pessoas em situação de rua, dentre outras, apontam a existência de uma política pública calcada em valores morais conservadores e fundamentalistas como estratégia de atuação e controle dos corpos.

A ausência de intervenções educativas sobre saúde sexual e reprodutiva, diversidade sexual, prevenção de gestação indesejada, IST, HIV e Hepatites Virais dentre outros temas importantes em Programas de saúde e prevenção nas escolas, afetam sobremaneira o acesso à informação de adolescentes e jovens.

A Extinção de espaços consultivos e deliberativos como a Comissão de Articulação dos Movimentos Sociais (CAMS) e o Conselho Nacional da AIDS (CNAIDS), espaços importantes para a articulação da sociedade civil na construção das políticas de HIV/AIDS.

Neste sentido, nós, organizações da sociedade civil reivindicamos as seguintes pautas prioritárias:

- 1) Recomposição da estrutura institucional do Departamento de HIV/AIDS e Hepatites Virais**, com participação da sociedade civil organizada nas Comissões Temáticas, na elaboração conjunta e monitoramento das políticas públicas, a exemplo da Comissão de Articulação dos Movimentos Sociais (CAMS), Conselho Nacional da AIDS (CNAIDS) e outros;

- 2) **Reconstituição do orçamento das políticas de combate a AIDS no Sistema Único de Saúde**, com a imediata revogação da EC 95 que congela recursos em setores essenciais da saúde, assistência e educação e dos cortes orçamentários que precarizam o SUS e em especial a atenção à garantia universal e equânime de acesso ao tratamento e a todos os serviços necessários à atenção de pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- 3) **Garantia de investimento em pesquisa científica e incorporação de novas tecnologias no SUS, assim como a manutenção e acesso das existentes (PREP e PEP). Aquisição** de novos medicamentos já incorporados em outros países, tecnologias e reconhecimento das patentes de antirretrovirais produzidos por indústrias brasileiras e com patente livres, como forma de reduzir custos e ampliar a oferta do tratamento. Concernente a isto, investir em pesquisas para evidenciar dados sobre mulheres lésbicas vivendo com HIV/AIDS, pesquisa sobre impacto dos medicamentos em mulheres cis e trans e pessoas vivendo com HIV/AIDS há mais de 30 (trinta) anos, considerando a diferença biológica destes corpos. É fundamental uma vigilância epidemiológica que traga dados atualizados sobre as regiões e populações para ações assertivas.
- 4) **Ampliar e qualificar ações de comunicação**, utilizando linguagens sintonizadas com as populações vulnerabilizadas e em sintonia com a educação popular em saúde. Realização de campanhas em massa, pensadas para o público geral e também para populações específicas, adotando diversos meios de comunicação como a televisão, rádios, veículos impressos, mídias alternativas, assim como, as redes sociais, podcasts e telões em ônibus e serviços públicos. Ressaltar que: a) as campanhas sejam articuladas com gestão e as OSC's que abordem informações sobre a prevenção das IST/HIV/AIDS e HEPATITES VIRAIS articuladas com temáticas transversais como sexualidade, gênero e Direitos Humanos, b) Campanhas específicas para eliminação do Estigma e Discriminação visto ser este fator como principal no cuidado das pessoas que vivem com HIV/AIDS e populações vulnerabilizadas, em sintonia à educação popular em saúde.
- 5) **A implementação da redução de riscos e danos** como estratégia na gama de prevenção combinada, que considerem as questões de gênero em todos os ciclos de vida, visto que a atual estratégia realiza recortes e não considera tais fatores.
- 6) **Trabalhar para uma abordagem multifacetada e intersetorial, visando ampliar a realidade da integralidade do SUS**, através da construção de uma agenda em ampla articulação junto a todos os Ministérios, sobretudo a política de seguridade social (saúde, assistência social e previdência social), assim como a observância das especificidades de mulheres, mulheres lésbicas, travestis, transexuais, trabalhadoras sexuais, gays, bissexuais, homens trans e intersexo, pessoas negras e indígenas, povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua e usuários de álcool e outras drogas, dentre outras, considerando todos os ciclos de vida, fundamental para a resposta da epidemia do HIV/AIDS.
- 7) **A garantia da interseccionalidade e da intersetorialidade nas políticas de combate à AIDS**, com o retorno do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, o retorno de departamentos como o DAGEP (Departamento de Gestão Estratégica e Participativa), atuando junto ao Departamento Nacional de IST/HIV/AIDS e HEPATITES VIRAIS.

8) Fortalecimento da política de Saúde Mental, mantendo sua concepção antimanicomial com a garantia dos direitos individuais e coletivo; fortalecendo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para toda população, com especial atenção para às pessoas vivendo com HIV/AIDS objetivando e garantindo a vinculação e retenção para adesão ao tratamento e cuidados.

Assinam esta carta às organizações abaixo citadas:

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS

AMIRES - ASSOCIAÇÃO MISSÃO RESPLANDECER

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS – ABL

ASSOCIAÇÃO ÁGUIA MORENA DE REDUÇÃO DE DANOS

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MADRE MARIA VILLAC – ABEMAVI

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXO - ABGLTI.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERSEXO – ABRAI

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REDUÇÃO DE DANOS -ABORDA

ASSOCIAÇÃO DAS PROSTITUTAS DA PARAÍBA – APROS-PB

ASSOCIAÇÃO DE BEM COM A VIDA – ABV RORAIMA

ASSOCIAÇÃO DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS DE PARINTINS

ASSOCIAÇÃO DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS NA TRÍPLICE FRONTEIRA

ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS RS

ASSOCIAÇÃO DE PROSTITUTAS DE MINAS GERAIS – APROSMIG

ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO RIO GRANDE DO SUL

ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS DO ESTADO DE RORAIMA – ATERR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ANTRA.

ASSOCIAÇÃO SOCIAL ANGLICANA DE SOLIDARIEDADE DO CERRADO

CENTRO DE ORIENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LUTA PELA VIDA – CORDEL VIDA

CENTRO VISAO DE FUTURO

COOPERATIVA DE TRABALHO DE ARTISTAS

CURUMIM -

DPAC – FRONTEIRA

FÓRUM ONG/AIDS E HEPATITES VIRAIS DO TOCANTINS

FÓRUM DE TUBERCULOSE RJ

FORUM DE ONG AIDS RJ

GESTOS - SOROPOSITIVIDADE, COMUNICAÇÃO E GÊNERO

GRUPO CONEXÃO G

GRUPO DE TRABALHOS EM PREVENÇÃO POSITHIVO – GTP +

GRUPO ORGULHO, LIBERDADE E DIGNIDADE – GOLD

GRUPO SABÁ

INSTITUTO MÃE TERRA

INSTITUTO VIDA NOVA INTEGRAÇÃO SOCIAL EDUCAÇÃO E CIDADANIA

MOVIMENTO NACIONAL DAS CIDADÃS POSITHIVAS

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL

REDE NACIONAL DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS – NÚCLEO CEARÁ

REDE NACIONAL DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS - RNP+ NUCLEO CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.

SOMOS – COMUNICAÇÃO, SAÚDE E SEXUALIDADE